

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 071/2024
Data: 06/08/2024**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 3 |
| FEDERAÇÃO APRESENTA NOVA PROPOSTA PARA FUNDO DE PENSÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS | 3 |
| INFRAESTRUTURA: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO..... | 4 |
| PORTO DO PECÉM, NO CEARÁ, CRESCE 11% NO PRIMEIRO SEMESTRE..... | 5 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF | 5 |
| BRASIL E CHILE DISCUTEM PARCERIAS E PROMOVEM EXPANSÃO DE VOOS ENTRE OS PAÍSES..... | 5 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF | 7 |
| AVISO DE PAUTA - APÓS DEZ ANOS DE ESPERA, POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA RECEBE O CONTORNO VIÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NESTA SEXTA-FEIRA (9) | 7 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT | 7 |
| EDITORIAL – A REVOLUÇÃO AUTÔNOMA NOS TRANSPORTES | 7 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 8 |
| <i>No Senado 1</i> | 8 |
| <i>No Senado 2</i> | 8 |
| <i>No Senado 3</i> | 8 |
| <i>Espírito olímpico</i> | 8 |
| <i>Comenda</i> | 9 |
| NACIONAL - BRASIL E CHILE DEMONSTRAM EMPENHO EM CONCLUIR A ROTA BIOCEÂNICA | 9 |
| NACIONAL - LULA REAFIRMA APOIO AO DIÁLOGO NA VENEZUELA | 10 |
| NACIONAL - ALCKMIN DEFENDE RIGOR FISCAL E MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO SETOR SIDERÚRGICO | 11 |
| NACIONAL - AZUL OBTÉM R\$ 1,9 BI PARA FINANCIAR JATOS COMERCIAIS..... | 12 |
| INOVAÇÃO - SUZANO FIRMA PARCERIA PARA TESTAR CAMINHÕES ELÉTRICOS SEM CABINE | 13 |
| REGIÃO SUDESTE - CONGONHAS AMPLIA VAGAS DE EMBARQUE PARA CARROS DE APLICATIVO..... | 14 |
| REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA RECEBE VELEIRO ESCOLA DA MARINHA | 15 |
| REGIÃO NORTE - EMPRESA INVESTE R\$ 70 MILHÕES PARA FABRICAÇÃO DE INVERSORES SOLARES EM MANAUS..... | 16 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 17 |
| TRANSIÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA ESTÁ NA PAUTA DO PLENÁRIO NESTA QUARTA..... | 17 |
| SANCIONADA LEI QUE INSTITUI O MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO..... | 18 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 19 |
| NÚMERO 2 DE HADDAD DIZ QUE ARCABOUÇO FISCAL VAI SER MANTIDO ATÉ 2026 ‘CUSTE O QUE CUSTAR’..... | 19 |
| COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE ISENTA PAGAMENTO DE FGTS E INSS PARA TRABALHADORES APOSENTADOS..... | 20 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 21 |
| BC AMEAÇA SUBIR OS JUROS, MAS É PRUDENTE AO GANHAR TEMPO EM MEIO À ESCALADA DO RISCO GLOBAL | 21 |
| BRASIL TEM RECORDE DE EXPORTAÇÕES PARA O MÊS DE JULHO..... | 22 |
| PETROBRAS NEGOCIA COM EMPRESAS ARGENTINAS PARA TRAZER GÁS AO BRASIL..... | 23 |
| PETROBRAS CONFIRMA DESCOBERTA DE GÁS NA BACIA DE GUAJIRA, NA COLÔMBIA..... | 24 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 25 |
| MARCO LEGAL É O MOTOR DO SETOR DE INFRAESTRUTURA..... | 25 |
| REDUZIR TEMPO NO TRANSPORTE É DESAFIO PARA 2033..... | 27 |
| GRUPO LATAM ANUNCIA INVESTIMENTO DE US\$ 2 BI NO BRASIL NOS PRÓXIMOS DOIS ANOS..... | 28 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 29 |
| ITAPOÁ RECEBE TLO PARA OPERAÇÃO EM ÁREAS DA FASE 3 | 29 |
| CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO DE PARANAGUÁ PASSARÁ POR AJUSTES ANTES DE SEGUIR AO MPOR..... | 30 |
| PARCERIA ENTRE BUNKER ONE E ACELEN LANÇA OPERAÇÃO EM SEPETIBA..... | 32 |
| CONSULTA SOBRE POLÍTICAS DE CONTEÚDO LOCAL RECEBEU 18 CONTRIBUIÇÕES..... | 32 |
| MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 33 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 33 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

FEDERAÇÃO APRESENTA NOVA PROPOSTA PARA FUNDO DE PENSÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Uma nova resposta sobre o Portus é aguardada até o fim de agosto

Por Ted Sartori



Participantes do Portus são trabalhadores que atuavam nas companhias docas, como a Autoridade Portuária de Santos (Vanessa Rodrigues/AT)

A Federação Nacional dos Portuários (FNP), em conjunto com entidades representativas da categoria, apresentou contraproposta para novo equacionamento do Portus - Instituto de Seguridade Social, o fundo de pensão suplementar de funcionários das companhias docas (autoridades portuárias). O documento foi encaminhado nesta segunda (5) para a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública

Federal (CCAF), aos cuidados do diretor José Roberto da Cunha Peixoto. Ela integra a Consultoria-Geral da União (CGU), órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Foi uma contraproposta que, certamente, passará por mudanças e evoluções. Assim que retornar e houver algo mais concreto, em que a gente entenda que não dá para avançar mais, teremos que aprovar ou desaprovar isso nas assembleias do Brasil inteiro. Mas, antes disso, vamos debater com a categoria, apresentar detalhadamente e tirar dúvidas. Estamos agindo com muita razoabilidade e responsabilidade porque essa questão do fundo de pensão é o presente e o futuro para muitas famílias”, explica o presidente da FNP, Sérgio Giannetto.

Para se ter uma ideia, 52% dos assistidos e participantes do plano são ligados ao Porto de Santos - em números de outubro do ano passado, há 2.367 beneficiários, sendo 135 da ativa e 2.232 aposentados. Os 48% restantes correspondem aos demais complexos portuários - o Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar, com algo em torno de 26%.

“O Governo vai analisar se tem condições de atender as solicitações apresentadas e o assunto deve ser debatido na CCAF”, afirma o advogado do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Cleiton Leal Dias Júnior. “Queremos que até o fim deste mês tenha uma decisão: ou eles aceitam ou fazem contraproposta”, completa o presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos.

A contraproposta

Dentro da contraproposta, já existem sete pontos contemplados na proposta dos patrocinadores (companhias docas): reajuste de 12,81% sobre os valores atuais dos benefícios (com retroatividade a abril de 2024), retorno do reajustamento anual dos benefícios pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 meses (a partir de janeiro de 2025), retorno do pagamento do pecúlio por morte, pagamento do pecúlio por morte aos beneficiários dos participantes e assistidos que faleceram entre a implantação do acordo de 2020 e a assinatura do novo acordo, retorno do abono anual, pagamento do abono anual de 2020 aos assistidos e redução linear da alíquota de contribuição extraordinária de 18,47% para 15,59%.

“Acreditamos ser possível avançar mais nas negociações, considerando que a aplicação do reajuste de 12,81% e a redução da contribuição extraordinária para 15,59% ainda deixam uma perda financeira significativa para os assistidos em relação às regras originalmente contratadas”, explica Giannetto, no texto do documento.

Há 13 novas solicitações por parte da FNP e entidades, sendo apenas quatro com impacto financeiro ou no fluxo de caixa dos patrocinadores: reconhecimento da responsabilidade paritária das patrocinadoras com as contribuições extraordinárias das pensionistas; novo TCF (Termos de Compromisso Financeiro) que deve prever aporte inicial de 30% da dívida, com parcelamento do saldo restante em 12 anos e trazendo garantias adicionais para prevenir eventual inadimplência; correção do saldo devedor do TCF pela mesma taxa aplicada aos empréstimos; e ampliação do aporte patronal para quitação das contribuições extraordinárias, beneficiando o patrocinador com quase metade do novo valor aportado.

Reunião

Também nesta segunda, uma reunião on-line foi realizada para tratar do assunto com o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, e dois executivos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) (Fábio Lavor Teixeira e Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, sendo que este último é assessor do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em coordenação e gestão estratégica de projetos). Além das participações de Giannetto, de Dias Júnior e de Cirino, outras presenças nesse encontro foram do presidente da Associação de Participantes do Portus Santos, Jurandir França da Hora, diretores de sindicatos dos portos de Vitória e da Bahia, além do presidente da PortosRio, Francisco Martins, entre outros.

O que é

O Instituto de Seguridade Portus é uma entidade fechada, criada em 1979 pela extinta Portobras, que na época era responsável pela administração dos portos brasileiros. O Portus foi criado com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores portuários um complemento aos benefícios previdenciários. Os problemas do Portus tiveram início em 1990, com a extinção da Portobras. Desde agosto de 2011, o instituto está sob intervenção federal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/08/2024

INFRAESTRUTURA: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Foi estabelecida uma carteira com projetos e indicadores para os próximos anos

Por ATribuna.com.br



Para o secretário-executivo do MT, George Santoro, a diretriz é importante (Divulgação)

Integrar inovação e sustentabilidade nos projetos. Esse é o objetivo do planejamento estratégico do Ministério dos Transportes (MT) para o período de 2024 a 2027, que foi lançado nesta segunda-feira (5).

Para o secretário-executivo do MT, George Santoro, a diretriz é importante não só para garantir rodovias e ferrovias mais seguras e eficientes, mas também para facilitar respostas em casos de crises climáticas, como a que atingiu o Rio Grande do

Sul.

“Trazer a questão da sustentabilidade para dentro do Ministério foi fundamental não só para mudar a cultura, mas por uma questão de adaptação ao que o mundo vem passando com eventos climáticos cada vez mais extremos”, detalhou Santoro.

Com um diagnóstico interno, os planejadores identificaram os pontos fortes e fracos da pasta e estabeleceram metas e prioridades para os próximos anos. “Buscamos estabelecer projetos mais pragmáticos, que tenham clareza do que conseguiremos cumprir com métricas capazes de aferir o andamento de cada um deles”, ressaltou Santoro.

Foi estabelecida uma carteira com projetos e indicadores para os próximos anos. Destacam-se a institucionalização da agenda de sustentabilidade; a implementação de concessões inteligentes; a consolidação do plano de segurança no trânsito e a implementação do programa de integridade.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 06/08/2024

PORTO DO PECÉM, NO CEARÁ, CRESCE 11% NO PRIMEIRO SEMESTRE

Cais movimentou quase 9 milhões de toneladas de janeiro a junho

Por *ATribuna.com.br*



A movimentação de contêineres também cresceu: foram 235.186 TEU (Matheus Tagé/AT)

A movimentação de cargas do Porto do Pecém, no Ceará, cresceu 11,3% no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram quase 9 milhões de toneladas movimentadas de janeiro a junho. Já em 2023, o total movimentado no período foi de 8.084.645 de toneladas. A movimentação de contêineres também cresceu: foram 235.186 TEU (unidade de medida de um contêiner padrão de 20 pés), resultado 16% maior que

o obtido no mesmo período de 2023.

Contratos e linha

“Tivemos uma série de conquistas significativas. Duas ações gerenciais foram importantes no crescimento desses índices: recentemente, selamos novos contratos na área da mineração, destacando a exportação de minério de ferro, que é um marco importante para nossa estratégia de expansão no setor. Além disso, tivemos a implementação de uma nova linha de contêiner na cabotagem, que está garantindo uma maior eficiência e sustentabilidade nas operações”, aponta Hugo Figueirêdo, presidente do Complexo do Pecém.

Por tipo

A navegação de cabotagem registrou aumento de 9%, movimentando 5.804.926 toneladas. Os principais produtos movimentados no desembarque foram minérios, cereais, combustíveis minerais e plásticos e suas obras. Já no embarque, foram ferro fundido, sal, plásticos e suas obras e cereais.

A navegação de longo curso teve crescimento de 16% (3.192.883 toneladas) em comparação com 2023. No desembarque foram movimentados principalmente combustíveis minerais, ferro fundido e máquinas. No embarque, destaque para ferro fundido, minérios, sal e combustíveis minerais.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 06/08/2024

Desenvolver a aviação brasileira e ampliar a oferta de voos no mercado internacional, com essa missão, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reúne, nesta segunda e terça-feira (5 e 6/8) com diversas autoridades do setor aéreo em Santiago, no Chile. Como parte da equipe da comitiva de autoridades nacionais que acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Costa Filho tem realizado encontros bilaterais cujo objetivo é o fortalecimento da indústria aeronáutica e a ampliação dos serviços aéreos.



Forum Empresarial Chile-Brasil - Foto: Eduardo Oliveira

Como parte dos resultados obtidos nesta segunda-feira, o país ganhará novos voos para o Chile por meio da companhia aérea JetSmart. O CEO da empresa aérea de low cost (baixo custo), Estuardo Ortiz, reafirmou o interesse em expandir as operações entre os dois países. Atualmente, no Brasil, a companhia possui operações entre Santiago e Rio de Janeiro, Foz

do Iguaçu, Florianópolis, São Paulo e Curitiba. Na América do Sul, a empresa liga 70 rotas em sete diferentes países: Brasil, Chile, Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai e Paraguai.

Durante o encontro, Silvio Costa Filho garantiu que o Ministério de Porto e Aeroportos (MPor) tem trabalhado diariamente na implementação de medidas de flexibilização do mercado, como em assegurar um ambiente jurídico mais sólido e na livre oferta de produtos e serviços aéreos. "Sob orientação do presidente Lula, nós temos conversado com diversas companhias aéreas, tanto brasileiras como internacionais, como forma de ampliar o transporte aéreo no nosso país. Isso vai garantir mais voos, mais concorrência e a diminuição no preço da passagem", afirmou.

Costa Filho atua em conjunto com o Congresso Nacional para garantir a expansão do modal aéreo. Nas próximas semanas, o parlamento brasileiro deverá aprovar linhas de crédito para empresas aéreas, que possibilitará a nacionalização da frota de aviões que circula pelo país, com maior participação de aeronaves da Embraer. "Essa é uma pauta já aprovada pelo nosso Senado e que esperamos que seja ratificada pela Câmara dos Deputados. A criação do fundo é uma alternativa de financiamento mais acessível, via Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) essencial para superarmos os obstáculos enfrentados desde a pandemia de Covid-19 pelas empresas de aviação civil", indicou.

Mercado em expansão

O Chile é o quarto país que mais recebe turistas que saem do Brasil, ficando atrás dos Estados Unidos, Argentina e Portugal. No ano passado, com quase 2 milhões de passageiros transportados entre os dois países, a aviação retornou aos indicadores aferidos no período pré-pandemia. No primeiro semestre de 2024, cerca de 1,4 milhão de pessoas viajaram entre ambos os países. Santiago e Guarulhos foi a rota mais voada neste ano no mercado internacional, com 678 mil viajantes.

Fortalecimento da indústria

Durante os encontros bilaterais, o Governo Federal tem ressaltado a importância da indústria da aviação brasileira para o fortalecimento do setor aéreo mundial, por meio das aeronaves da Embraer. Terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo e líder absoluto no segmento de até 130 assentos. A empresa conta com unidades industriais, escritórios e centros de distribuição de peças e serviços nas Américas, África, Ásia e Europa.

A Embraer e a Empresa Nacional Aeronáutica do Chile (Enaer) anunciaram, em abril deste ano, dois acordos de cooperação industrial e serviços que envolvem as aeronaves de defesa A-29 Super Tucano e o C-390 Millennium, além dos aviões comerciais da companhia. A parceria visa ampliar a rede de fornecedores e serviços da Embraer.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 06/08/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

AVISO DE PAUTA - APÓS DEZ ANOS DE ESPERA, POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA RECEBE O CONTORNO VIÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NESTA SEXTA-FEIRA (9)

Ao lado do presidente Lula, ministro Renan Filho participa da inauguração da obra, que irá revolucionar a mobilidade urbana da região

O ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega nesta sexta-feira (9), ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Contorno Viário da Grande Florianópolis, em Santa Catarina.

A maior obra rodoviária recente do país conta com 50 quilômetros de extensão de pistas duplas, quatro túneis duplos e seis acessos por trevos. As obras foram executadas por meio do contrato de concessão com a Arteris. O investimento, pelo Novo PAC, foi de R\$3,9 bilhões.

Participam ainda do evento o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, e outras autoridades locais.

Cobertura da imprensa

Os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se cadastrar, a partir de quinta (8), pelo <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa>

SERVIÇO

O quê: Inauguração do Contorno Viário de Florianópolis (BR-101)

Quando: Sexta-feira (9), às 10h

Local: Emboque sul do Túnel 2 do Contorno de Florianópolis - Km 38 da BR-101/SC

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 06/08/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A REVOLUÇÃO AUTÔNOMA NOS TRANSPORTES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A parceria entre a Suzano, uma das principais fabricantes de celulose do mundo, e a Lume Robotics, para o desenvolvimento do primeiro caminhão elétrico autônomo sem cabine da América Latina, marca um marco importante na evolução do setor de transportes e logística. Essa iniciativa, que tem o potencial de transformar a forma como a movimentação de cargas em terminais portuários é realizada, demonstra a capacidade das empresas brasileiras de estarem na vanguarda da inovação tecnológica.

A adoção de veículos autônomos, impulsionada pela inteligência artificial, robótica e mobilidade elétrica, promete trazer uma série de benefícios para o setor. A eliminação da necessidade de operadores humanos em tarefas repetitivas, como a condução de caminhões nos pátios de terminais portuários, contribui para a melhoria da segurança dos trabalhadores e a redução de acidentes.

Além disso, a automação dos processos logísticos permite otimizar rotas, reduzir custos operacionais e diminuir as emissões de gases poluentes. A capacidade de operar 24 horas por dia, 7 dias por



semana, sem interrupções, aumenta a eficiência das operações e garante a entrega de produtos de forma mais rápida e confiável.

A iniciativa da Suzano e da Lume Robotics também demonstra o compromisso das empresas com a sustentabilidade. Ao investir em tecnologias limpas e eficientes, o setor de transportes pode contribuir para a redução do impacto ambiental de suas atividades e para a construção de um futuro mais sustentável.

É importante destacar que o desenvolvimento de veículos autônomos é um processo complexo e desafiador, que exige investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de um ambiente regulatório favorável. No entanto, os benefícios potenciais dessa tecnologia são tão grandes que justificam os esforços para superação dos obstáculos.

A parceria entre a Suzano e a Lume Robotics é um exemplo inspirador para outras empresas do setor. Ao investir em inovação, as empresas brasileiras podem se tornar mais competitivas no mercado global e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Em um futuro próximo, é provável que haja uma proliferação de veículos autônomos nos portos e até mesmo nas rodovias brasileiras, transformando a forma como as mercadorias são transportadas e entregues. Essa revolução tecnológica trará novos desafios e oportunidades, e as empresas que estiverem preparadas para enfrentá-los serão as grandes vencedoras.

E é fundamental que o Governo e a sociedade como um todo acompanhem de perto essa evolução e trabalhem em conjunto para garantir que os benefícios da automação sejam distribuídos de forma justa e equitativa para toda a sociedade. Afinal, a tecnologia deve estar a serviço das pessoas e não o contrário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 06/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NO SENADO 1

O ex-secretário estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina Beto Martins toma posse como senador nesta terça-feira, a partir das 16 horas, no Congresso Nacional, em Brasília. A cerimônia terá a participação do governador Jorginho Mello. Em sua nova função, Martins quer fortalecer a logística catarinense, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos 15 meses na secretaria estadual.

NO SENADO 2

Beto Martins ficará no cargo por quatro meses, durante a licença da senadora Ivete Appel da Silveira. Ele integrou, como segundo suplente, a chapa para o Senado liderada por Jorginho Mello e que tinha Ivete como primeira suplente. Mello ocupou a vaga no Senado de 2018 até ser eleito, em 2022, para o Governo do Estado, quando foi substituído por Ivete.

NO SENADO 3

O novo senador de Santa Catarina já destaca os projetos que pretende defender no cargo. “Precisamos falar em uma solução para o Morro dos Cavalos e sobre o impacto que a conclusão da Serra da Rocinha (BR-285) terá para a região. Temos a concessão do Aeroporto Regional de Jaguaruna, que deve ocorrer em novembro e ainda discutir a renovação da concessão da Ferrovia Tereza Cristina, que termina em 2027”, destacou.

ESPÍRITO OLÍMPICO

Maior fabricante de celulose do mundo, a Suzano está presente nos Jogos Olímpicos deste ano, realizados em Paris. Sua celulose foi utilizada na produção das fibras dos uniformes vestidos pelos atletas da Dinamarca. Isso foi possível a partir da parceria firmada pela Woodspin - criada pela

Suzano e pela Spinnova - com a Vero Moda, uma das marcas de moda europeias responsáveis pelas roupas oficiais dos competidores dinamarqueses.

COMENDA

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região (São Paulo) Celso Peel será agraciado com uma comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, entregue pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A cerimônia ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 8, às 17 horas, na sede do TST, em Brasília. Peel também atua como coordenador científico do InfraJur - Encontro de Direito da Logística, Infraestrutura e Transportes, promovido pelo Grupo Brasil Export.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/08/2024

NACIONAL - BRASIL E CHILE DEMONSTRAM EMPENHO EM CONCLUIR A ROTA BIOCEÂNICA



No primeiro dia de visita da comitiva brasileira ao país sul-americano, Lula e Gabriel Boric destacam a importância do corredor logístico

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br e **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebeneews.com.br

Durante a visita da comitiva brasileira foram assinados 19 acordos comerciais abrangendo setores como turismo, ciência e tecnologia, agropecuária, direitos humanos, entre outros. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mandatário chileno Gabriel Boric destacaram a importância da Rota Bioceânica na segunda-feira (5), primeiro dia da visita da comitiva brasileira ao país sul-americano. O corredor logístico, que já está em construção, tem como objetivo ligar portos nos oceanos Atlântico e Pacífico.

“Meu governo está empenhado em conectar toda a América do Sul por meio de cinco grandes rotas viárias, duas das quais incluem o Chile. O Brasil pode ser a porta de entrada chilena para o continente africano, enquanto o Chile pode ser a ponte brasileira para a Ásia”, destacou Lula.

“Concretizar a circunstância das integrações reais, com o corredor bioceânico que vai do Mato Grosso do Sul até os portos de Mejillones e Tocopilla, significará uma mudança significativa no comércio do Brasil com a Ásia. A China é um dos principais parceiros comerciais de ambos os países, e nos propusemos a inaugurar esse corredor em nosso mandato”, afirmou o presidente chileno Gabriel Boric.

O corredor bioceânico, iniciado em 2015, é uma iniciativa de infraestrutura conjunta entre Argentina, Brasil, Paraguai e Chile. O projeto visa conectar quatro portos chilenos no Pacífico — Antofagasta, Mejillones, Tocopilla e Iquique — ao Porto de Santos (SP), no Brasil, por meio de uma rodovia de aproximadamente 2.200 quilômetros.

O investimento total estimado é de US\$ 10 bilhões. A rodovia passará por Mato Grosso do Sul no Brasil, pelo Gran Chaco no Paraguai, pelas províncias argentinas de Salta e Jujuy e as regiões chilenas de Antofagasta e Tarapacá. Cada país é responsável por diferentes trechos, mas o prazo final de conclusão ainda não está definido.

Acordos

A segunda-feira também ficou marcada pela assinatura de 19 acordos bilaterais entre Brasil e Chile. De acordo com a secretária de Assuntos da América e Latina e Caribe do Palácio do Itamaraty, Gisela Padovan, os dois países têm mais de 90 acordos bilaterais em vigor e relações diplomáticas e econômicas equilibradas, mas é preciso “diversificar” os acordos.

“A integração sul-americana é uma realidade que faz a diferença na vida das pessoas, como demonstra o acordo de isenção de cobrança de roaming que firmamos no ano passado e o acordo de reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação que assinamos hoje”, afirmou Lula.

Os atos bilaterais assinados abrangem setores como turismo, ciência e tecnologia, agropecuária, direitos humanos e defesa. O Chile também apresentou interesse em conversar com o Brasil sobre tragédias climáticas.

“Os desafios representados pelas catástrofes naturais e pelo crime organizado atravessam países. Os incêndios de 2023 no Chile e as enchentes deste ano no Sul do Brasil põem em xeque o negacionismo climático e reforçam a necessidade de cooperação. A proposta chilena de estabelecer um mecanismo regional de resposta a desastres conta com nosso respaldo e nosso apoio”, completou Lula.

Segurança pública e cibersegurança também foram assuntos tratados pelos dois presidentes sul americanos.

Comércio

O intercâmbio comercial entre Brasil e Chile atinge cerca de US\$ 12 bilhões por ano, segundo o Palácio do Itamaraty. O Chile exporta para o Brasil principalmente cobre, pescados e minérios. Já o Chile é o sexto principal destino de exportações do Brasil com o petróleo, a carne bovina e automóveis.

A expectativa do Brasil é ampliar a exportação de automóveis com a venda de ônibus para a cidade de Santiago, por exemplo. Uma aproximação naval também está sendo cogitada para ampliar o mercado aéreo entre os dois países.

O Brasil é o maior investidor da América do Sul no Chile, com mais de US\$ 4,5 bilhões em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, construção e fármacos. O Brasil também é o principal destino dos investimentos chilenos no exterior, com quase 30% do estoque total. As empresas chilenas atuam no Brasil em áreas como celulose, varejo e energia, sendo a companhia aérea Latam a maior empresa chilena em operação no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

NACIONAL - LULA REAFIRMA APOIO AO DIÁLOGO NA VENEZUELA

No Chile, presidente fala sobre eleição no país e pede respeito à soberania popular. Já o chefe de Estado chileno não reconhece o resultado do pleito

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br



Lula, que cumpre agenda no Chile, tem adotado uma postura conciliadora sobre a eleição na Venezuela, mas alguns países não reconhecem a vitória do presidente Nicolas Maduro. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a falar sobre a situação da Venezuela em viagem internacional ao Chile na segunda-feira, dia 5. Em visita oficial ao Chile, o presidente brasileiro pediu respeito à soberania popular na eleição venezuelana. Já o presidente chileno, Gabriel Boric, já se pronunciou e disse que o país não reconhece o resultado da recente eleição para presidente na Venezuela sem a transparência das atas eleitorais.

“Expus [em conversa com Boric] as iniciativas que tenho empreendido com os presidentes Gustavo Petro (Colômbia) e Lopez Obrador (México) em relação a processo político na Venezuela. O respeito pela tolerância, o respeito pela soberania popular é o que nos move a defender a transparência dos resultados. O compromisso com a paz é que nos leva a conclamar as partes aos diálogos e

promover o entendimento entre governo e oposição”, declarou Lula no pronunciamento à imprensa após conversa privada com Boric.

Na última semana, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela declarou a vitória do atual presidente, Nicolas Maduro, no pleito do dia 28 de julho com 51,95% frente a Edmundo González, que teria ficado com 43,18%. As atas eleitorais, no entanto, ainda não foram divulgadas.

O Brasil tem adotado uma postura conciliadora sobre a eleição na Venezuela, mas alguns países não reconhecem a vitória de Maduro. É o caso dos Estados Unidos, que se pronunciou por meio do secretário de Estado, Anthony Blinken.

“É evidente para os Estados Unidos e, mais importante, para o povo venezuelano que González Urrutia obteve o maior número de votos nas eleições presidenciais de 28 de julho na Venezuela”, disse Blinken.

Na segunda-feira, 30 ex-chefes de estado pediram ao presidente Lula que respeite a democracia na Venezuela. Em carta ao presidente brasileiro, eles pedem que Lula reafirme seu compromisso com a democracia e liberdade do povo venezuelano.

“O que está acontecendo é um escândalo. Admitir tal precedente ferirá mortalmente os esforços para defender a tríade da democracia, do Estado e dos direitos humanos”, diz um trecho da carta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

NACIONAL - ALCKMIN DEFENDE RIGOR FISCAL E MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO SETOR SIDERÚRGICO

Durante abertura de evento, presidente em exercício enfatiza a relevância do aço, considerado a base de todo o processo industrial

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



Para o presidente em exercício Geraldo Alckmin, uma das razões para o baixo mercado do aço nacional foi o encolhimento do consumo, especialmente no setor automotivo. Foto: Cadu Gomes/NPR

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o Governo seguirá uma política fiscal rigorosa e cumprirá o arcabouço fiscal, com cortes de despesas e maior eficiência nos gastos, para enfrentar o custo Brasil, um dos principais desafios do país. As declarações foram feitas durante a abertura do Congresso AçoBrasil e da ExpoAço, na segunda-feira, 5, em São Paulo.

“De um lado, rigor fiscal. E do outro, uma política monetária que permita maior crescimento e mais investimentos, que é tudo o que nós precisamos”, disse Alckmin.

O custo Brasil refere-se ao conjunto de despesas e entraves fiscais que encarecem a produção no país, dificultando a competitividade das mercadorias brasileiras no comércio internacional e tornando desvantajosa a concorrência com itens importados.

Alckmin também enfatizou a relevância do aço, considerado a base de todo o processo industrial. Ele mencionou que o setor emite 85% menos CO2 per capita do que os Estados Unidos, 76% menos que a China, 65% menos que a União Europeia e 56% menos que a média mundial.

Em seu discurso, o presidente em exercício apontou que uma das razões para o baixo mercado do aço nacional foi o encolhimento do consumo, especialmente no setor automotivo. “Em relação aos

veículos, o Brasil chegou a produzir 3,8 milhões de unidades por ano, mas essa produção caiu para 2 milhões. Até julho de 2024, as vendas no país já cresceram 14%”, detalhou Alckmin.

Produção nacional

Em abril de 2024, o governo brasileiro sancionou uma nova medida sobre a importação de aço, implementada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A decisão estabelece cotas de importação para 11 produtos de aço, com um imposto de 25% aplicado em caso de ultrapassagem dos limites estabelecidos. A medida tem validade de 12 meses e foi aprovada pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex.

A ação tem o objetivo de combater a concorrência desleal enfrentada pelas siderúrgicas nacionais.

Dados do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) indicam que, em 2023, o volume de importações desses produtos foi 30% superior à média registrada entre 2020 e 2022. As empresas siderúrgicas brasileiras têm relatado a entrada de aço chinês no mercado brasileiro a preços abaixo dos praticados pelos comerciantes nacionais.

Atualmente, o Imposto de Importação para os produtos de aço em questão varia de 9% a 14,4%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

NACIONAL - AZUL OBTÉM R\$ 1,9 BI PARA FINANCIAR JATOS COMERCIAIS



BNDES aprovou o financiamento que visa expandir malha aérea da companhia

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br

Essa é a maior operação para aquisição de aeronaves realizada na modalidade direta entre o BNDES e a Azul Linhas Aéreas. Em 2009, foram financiadas sete aeronaves, no valor de R\$ 360 milhões, e em 2010, seis aeronaves, com R\$ 330 milhões. Foto: Reprodução Azul

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de dez jatos comerciais E195-E2 da Embraer para a Azul Linhas Aéreas. A operação, da ordem de R\$ 1,9 bilhão, ampliará a capacidade da companhia no transporte aéreo.

Essa é a maior operação para aquisição de aeronaves realizada na modalidade direta entre o BNDES e a Azul Linhas Aéreas. Em 2009, foram financiadas sete aeronaves, no valor de R\$ 360 milhões, e em 2010, seis aeronaves, com R\$ 330 milhões.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, historicamente, países com indústrias aeronáuticas de ponta financiam seus fabricantes nacionais de forma perene, por meio de bancos de desenvolvimento e agências de crédito à exportação. “No Brasil, esse papel é desempenhado pelo BNDES. A aquisição de aeronaves da Embraer pela Azul fortalece a economia nacional, gerando recolhimento de impostos aqui, além de empregos qualificados e renda no Brasil, objetivos centrais da política de desenvolvimento do governo do presidente Lula”, afirmou.

“Os E-Jets E2 são as aeronaves de corredor único mais eficientes da atualidade, projetadas e produzidas no Brasil, e podem contribuir de forma efetiva para o aumento da conectividade nas rotas domésticas”, disse o vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Embraer, Antônio Carlos Garcia.

Para o CEO da Azul, John Rodgerson, o BNDES tem um histórico de apoiar o desenvolvimento e crescimento do setor da aviação. “O financiamento das novas aeronaves da Embraer para Azul

demonstra claramente um voto de confiança em nosso negócio e nosso futuro, gerando emprego e renda em todo país”, contou.

Apoio

Desde 1997, ano do primeiro apoio do BNDES à Embraer, o Banco financiou R\$ 125 bilhões à exportação e 1.311 aeronaves da empresa. Os financiamentos do BNDES complementam o financiamento provido pelo mercado privado e possibilitam à Embraer concorrer no mercado externo em igualdade de condições com suas concorrentes.

Em julho deste ano, o BNDES anunciou a aprovação do financiamento para a exportação de 32 jatos E175 da Embraer à American Airlines, em cerimônia na sede da empresa, em São José dos Campos (SP), com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O BNDES também apoia a Embraer no plano de investimentos em inovação. Em fevereiro deste ano, o Banco aprovou financiamento no valor de R\$ 500 milhões, por meio do BNDES Mais Inovação, para a empresa desenvolver novos produtos, processos e tecnologias digitais para ganhos de eficiência, produtividade e, também, para mobilidade aérea sustentável, com foco em transição energética e redução das emissões de carbono.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/08/2024

INOVAÇÃO - SUZANO FIRMA PARCERIA PARA TESTAR CAMINHÕES ELÉTRICOS SEM CABINE

Veículo transportará celulose do armazém até o navio em um terminal portuário da empresa

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



A previsão é que o caminhão elétrico autônomo esteja pronto em 2027 e inicie as operações de teste até 2028. (Foto: Divulgação/Suzano)

A Suzano, uma das principais produtoras de celulose no mundo, fechou uma parceria para testar o primeiro caminhão elétrico autônomo sem cabine da América Latina. O acordo foi feito com a Lume Robotics, empresa líder na América Latina em soluções de mobilidade autônoma.

De acordo com a Suzano, a iniciativa foi viabilizada por um contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com valor de R\$ 3 milhões para o desenvolvimento e implantação do veículo, que será testado em um dos terminais portuários da companhia.

O projeto ainda se encontra em fase de desenvolvimento e visa aplicar conceitos da Indústria 4.0, como inteligência artificial, robótica e mobilidade elétrica. O Sistema Lume de Mobilidade Autônoma será aplicado integrando software e hardware avançados, permitindo que o veículo opere completamente sem intervenção humana. Essa tecnologia é capaz de gerar mapas detalhados, localizar-se precisamente em tempo real e navegar autonomamente, desviando de obstáculos fixos ou móveis, além de responder dinamicamente ao ambiente de trânsito.

“Este projeto foi selecionado pela Finep, dentre 126, devido ao grande potencial disruptivo da solução em eliminar a exposição de motoristas a áreas de risco, bem como maximizar a eficiência operacional, reduzindo custos e emissões, aprimorando a gestão e operação logística”, disse Rânik Guidolini, Diretor Executivo da Lume.

A expectativa é que o veículo tenha capacidade de transportar 64 toneladas de celulose do armazém até o costado do navio, percorrendo uma distância de aproximadamente 4 quilômetros por ciclo e realizando cerca de 50 viagens por dia em uma operação contínua e ininterrupta.

A previsão é que o caminhão elétrico autônomo esteja pronto em 2027 e inicie as operações de teste até 2028.

“Estamos muito animados e ansiosos com essa parceria. Essa iniciativa está alinhada com a estratégia da Suzano, que há 100 anos, busca constantemente soluções cada vez mais inovadoras e sustentáveis para nossas operações. Encontrar parceiros que têm o mesmo propósito, reforça ainda mais o compromisso da companhia com a eficiência, a inovação e a sustentabilidade”, comentou Beatriz Nalevaiko Venturini, Gerente de Excelência Operacional na Suzano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

REGIÃO SUDESTE - CONGONHAS AMPLIA VAGAS DE EMBARQUE PARA CARROS DE APLICATIVO

Com redistribuição do espaço feito pela concessionária, 13 novas vagas foram instaladas no terminal paulista

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



Vagas para embarque e desembarque de passageiros em carros de aplicativo era uma das principais demandas de quem passa por Congonhas. Foto: Divulgação/Aena Brasil

A Aena Brasil, concessionária que administra o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, ampliou na última semana as vagas para o embarque de passageiros em carros de aplicativo. Além disso, foi criada uma nova setorização para facilitar o encontro entre motoristas e passageiros. Ao todo, 13 novas vagas foram inseridas após o processo de redistribuição.

Segundo a concessionária espanhola, as mudanças têm como objetivo dar mais agilidade e melhorar o fluxo viário local.

Ao solicitar uma viagem, o aplicativo mostrará o setor no qual o passageiro deverá aguardar a parada de seu veículo. Essa designação é feita automaticamente para distribuir os chamados de maneira uniforme entre todos os setores disponíveis.

As seções A1 a A5 estão localizadas na primeira linha do meio-fio, na área coberta. Do B1 ao B3, as vagas ficam na faixa intermediária, semicoberta, e ocupam o lugar anteriormente destinado aos ônibus. O setor C1 está presente na área descoberta.

Segundo explicou a concessionária, a mudança dos pontos de parada de parte dos ônibus permitiu a ampliação das vagas destinadas aos carros de aplicativos, que passaram de 39 para 52 locais para veículos, e a criação do novo setor B. Com as melhorias implementadas, haverá uma redução no tempo de permanência dos veículos no local e aumento da capacidade de embarque de passageiros.

Bolsão para veículos

O primeiro passo do projeto de melhoria do fluxo viário no Aeroporto de Congonhas ocorreu no último dia 11 de junho, com a inauguração de um bolsão exclusivo para motoristas de carros de aplicativo. O bolsão tem uma área total de 4.000 m² e capacidade para 145 vagas para veículos à espera de passageiros. Com ele, os motoristas não precisam mais circular pelas vias internas e

externas do aeroporto enquanto aguardam uma nova chamada, o que já reduziu o impacto no trânsito local.

Segundo a Aena, nos primeiros 20 dias de operação, foram identificados alguns casos de uso indevido do local. Para melhorar a eficiência do sistema e a experiência do passageiro, estão sendo avaliadas, em conjunto com as empresas envolvidas, medidas para coibir tais abusos.

Entre as possibilidades, está a cobrança de uma taxa aos motoristas que utilizarem o bolsão por tempo excessivo. Para entrar no bolsão, é necessário comprovar que o motorista está na fila virtual do aplicativo.

Além disso, a intenção da Aena é que as vagas de táxi fiquem concentradas no piso superior. Dessa forma, das atuais oito posições para táxis do piso inferior, sete também passariam a ser dedicadas a carros de aplicativos.

Permaneceria no local uma vaga destinada a táxi acessível, adaptado para passageiros com necessidades especiais. Essa medida ainda depende de aprovação da Prefeitura de São Paulo. Caso aprovada, o total de vagas para carros de aplicativos no piso inferior subirá para 59.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA RECEBE VELEIRO ESCOLA DA MARINHA

Navio ficará no cais até o fim da semana para completar formação de aspirantes

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redeneews.com.br



O Porto de Fortaleza vai receber nesta terça-feira (6) o Veleiro A.R.A Libertad, um navio-escola da Marinha da Argentina, com 300 tripulantes. O objetivo da expedição é completar a formação profissional dos Aspirantes na Comissão das Promoções. Foto: Divulgação

O Porto de Fortaleza vai receber nesta terça-feira (6) o Veleiro A.R.A Libertad, um navio-escola da Marinha da Argentina, com 300 tripulantes. O objetivo da expedição é completar a formação profissional dos Aspirantes na Comissão das Promoções.

Com quatro mastros, e velas que cobrem uma área de 2,652m², o Veleiro permanecerá no Porto de Fortaleza até sexta-feira (9). De acordo com a Capitania dos Portos do Ceará, a Marinha da Argentina não abrirá espaço para visita pública. O ARA Libertad serviu de base, desde o início de suas operações, em 1962, para a formação de gerações de oficiais da Armada Argentina.

Roteiro

O Veleiro saiu de Buenos Aires no dia 20 de julho e o Porto de Fortaleza será o primeiro destino.

As paradas seguintes vão ocorrer em San Juan, Porto Rico; Baltimore, Estados Unidos e Bridgetown, em Barbados. Depois, voltará ao Brasil: Recife e Rio de Janeiro, até o final da expedição, em Montevideú, no Uruguai, prevista para novembro, de acordo com a Marinha da Argentina.

No total, a embarcação Ara Libertad percorrerá 12.930 milhas náuticas – equivalente a quase 24 mil quilômetros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024

REGIÃO NORTE - EMPRESA INVESTE R\$ 70 MILHÕES PARA FABRICAÇÃO DE INVERSORES SOLARES EM MANAUS

Ideia da Livoltek Brasil é começar a fabricar, em breve, carregadores elétricos e baterias na Zona Franca

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebnews.com.br



A fábrica da Livoltek Brasil, do grupo chinês Hexing, no Distrito Industrial de Manaus ocupará 18 mil metros quadrados e criará mais de 600 empregos diretos e 2 mil empregos indiretos. Foto: Divulgação/Livoltek

Com foco no investimento sustentável a longo prazo, a Livoltek Brasil, do grupo chinês Hexing, inaugurou uma fábrica de produção de inversores para painéis fotovoltaicos e futura produção de carregadores elétricos e baterias no Distrito

Industrial de Manaus, no Amazonas. O grupo está no país há 14 anos.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 70 milhões, a nova fábrica ocupará 18 mil metros quadrados e criará mais de 600 empregos diretos e 2 mil empregos indiretos.

Nos próximos três anos, a ideia é chegar aos R\$ 140 milhões em investimentos, segundo a empresa. O lançamento foi acompanhado pelo presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Bastos.

“A Livoltek dá mais uma prova de que a eletromobilidade significa mais investimento e mais empregos no Brasil”, afirmou ele. “Os carros elétricos e híbridos, especialmente os plug-in, fomentam uma cadeia produtiva de eletromobilidade cada vez maior, com empresas nacionais e estrangeiras investindo no país”, acrescentou.

Num discurso em inglês e português, o CEO da Livoltek Brasil, Rui Cheng, disse que a nova fábrica produzirá equipamentos de alto padrão “feitos por brasileiros e para brasileiros”.

O grupo opera no Brasil por meio da Eletra Energy Solutions, empresa baseada no Recife (PE), que produz medidores de energia elétrica e água. No País, a companhia possui cinco escritórios regionais: São Paulo, Fortaleza, Curitiba, Pato Branco e Manaus. No total, são mais de mil colaboradores.

Iniciando suas operações no país há pouco mais de uma década com a Eletra Energy, a empresa, especializada na fabricação de medidores de energia elétrica e água e na automação de redes elétricas, começou com uma participação de menos de 5% no mercado em 2010. Hoje, a Eletra Energy detém cerca de 70% do mercado brasileiro de medidores.

Desde 2011, o Grupo Hexing investiu mais de R\$ 200 milhões no Brasil. Os recursos foram aplicados em futuras instalações da Livoltek e em fábricas da Eletra Energy localizadas em Itaitinga, na região metropolitana de Fortaleza. Estes investimentos têm gerado mais de 1.400 empregos diretos e indiretos, segundo a empresa.

Internacionalmente, o Grupo Hexing mantém escritórios em países como Peru, Holanda, África do Sul, Bangladesh, Argentina, Hong Kong, Indonésia, Nigéria e Senegal. Além disso, opera fábricas na China, Indonésia, Tunísia, Paquistão, Quênia, África do Sul e Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

TRANSIÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA ESTÁ NA PAUTA DO PLENÁRIO NESTA QUARTA

Informações: Agência Senado (05 de agosto de 2024)

O projeto de lei que prevê um regime de transição para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia está na pauta do Plenário nesta quarta-feira (7). A sessão deliberativa inicia-se às 14h.

O PL 1.847/2024, do senador licenciado Efraim Filho (União-PB), atende a acordo firmado entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional em maio sobre a Lei 14.784, de 2023, que prorrogou a desoneração por quatro anos.

Conforme o projeto, durante toda a transição, a folha de pagamento do 13º salário continuará integralmente desonerada. Essa transição terá duração de três anos, com início em 2025 e término em 2027. Senado e governo discutem como compensar essa desoneração.

A matéria teve sua análise primeiramente adiada em 16 de julho, quando o governo federal e o Senado ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de prorrogação do prazo até 30 de agosto para definir uma solução para a compensação financeira da desoneração da folha de pagamento. A petição foi feita pela Advocacia-Geral da União (AGU) em conjunto com a Advocacia do Senado.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu até 11 de setembro o prazo para que os Poderes Legislativo e Executivo busquem uma solução consensual sobre a desoneração da folha de pagamentos. Assim, a deliberação do projeto, que ocorreria no dia 17 de julho foi adiada para agosto.

Catar

Outra matéria prevista é o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 464/2022) que aprova acordo econômico e comercial firmado entre o Brasil e o Catar.

Assinado em Brasília em 2010, o acordo prevê o estímulo e a facilitação das exportações e importações de produtos industriais, agrícolas e matérias primas entre os dois países. Para isso, deverão ser seguidas as diretrizes da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ruanda

Também deverá ser analisado o PDL 84/2023, que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e Ruanda. Firmado em Kigali, capital de Ruanda, em 2023, o acordo estabelece um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os dois países, com o objetivo de fortalecer os laços de amizade, entendimento e cooperação.

O texto trata de concessão de direitos, como sobrevoos sem pouso e escalas no território de cada país para fins não comerciais; de empresas aéreas autorizadas a operar os serviços acordados; da segurança de aviação; e de questões referentes à concorrência e às atividades comerciais, entre outras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/08/2024



SANCIONADA LEI QUE INSTITUI O MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (05 de agosto de 2024)

Normativo irá contribuir para a descarbonização da indústria

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta sexta-feira (2), o projeto que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. O evento aconteceu no Complexo do Porto do Pecém, no Ceará, e contou com a presença do secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Rodrigo Rollemberg. A Lei define regras e benefícios para estimular a produção e comercialização do hidrogênio no país.

Para o setor industrial, o hidrogênio chega como uma alternativa de energia limpa para ser utilizada nos setores que demandam muita carga. Em complemento, o hidrogênio verde poderá substituir aquele produzido a partir de fontes fósseis utilizado em áreas como siderurgia, química, refinarias, entre outros. A fabricação de fertilizantes também pode se beneficiar, contribuindo para a redução da dependência externa desse produto, garantindo a segurança alimentar nacional.

O hidrogênio também pode ser matéria-prima para a produção de combustível sintético e é essencial para os transportes de cargas, marítimo e de aviação.

O fomento à produção nacional também traz boas projeções para as exportações nacionais. Com a abundante fonte de recursos renováveis, o Brasil se torna um grande protagonista na fabricação do elemento, podendo se tornar um fornecedor mundial de hidrogênio.

Durante a cerimônia de assinatura, o presidente ressaltou as potencialidades brasileiras. “Quando eu vejo o pessoal falando de hidrogênio verde, de energia solar, de eólica, de biomassa eu fico pensando: qual é o país do mundo que pode competir com o Brasil?”, indagou o presidente.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, comemorou a sanção. “O marco legal do hidrogênio verde é mais uma conquista importante, fruto do diálogo com o Congresso Nacional, que vai fortalecer a indústria brasileira com o foco na inovação e na sustentabilidade. Ao conferir maior segurança jurídica aos investidores, o marco vai destravar investimentos importantes para a produção do combustível verde, que será fundamental para a transição energética da economia”, afirmou.

Para Rollemberg, é um momento histórico. “Com essa sanção, estamos incentivando bilhões de reais em investimentos na produção industrial com baixa pegada de carbono, fomentando a produção verde, inovadora e produtiva”, concluiu o secretário.

INCENTIVOS

A Lei traz vários incentivos para desenvolver a indústria no Brasil. Entre eles estão o Regime Especial de Incentivos para Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), que suspende a incidência de PIS/Pasep, durante cinco anos, a partir do dia 1º de janeiro, para a compra de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, estoques e materiais de construção feitos por produtores de hidrogênio de baixa emissão habilitados.

SISTEMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO DE HIDROGÊNIO

O marco legal traz em seu texto a criação do Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio (SBCH2), que estabelece a estrutura, a governança e as competências para tratar sobre o tema. O SBCH2 também irá fazer a certificação voluntária, por intensidade de emissões, com base em análise do ciclo de vida dos hidrogênios produzidos no Brasil.

A Lei também garante o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para produção; incentivo às diversas rotas de produção de forma a estabelecer a neutralidade tecnológica; e fomento à cadeia nacional de suprimento de insumos e de equipamentos e ao desenvolvimento nacional de

fertilizantes nitrogenados, reduzindo a dependência externa e garantindo a segurança alimentar nacional.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 06/08/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

NÚMERO 2 DE HADDAD DIZ QUE ARCABOUÇO FISCAL VAI SER MANTIDO ATÉ 2026 'CUSTE O QUE CUSTAR'

Secretário-executivo da Fazenda também afirmou que a transição do atual presidente do Banco Central será "tranquila" e "sem arroubo político" para evitar reações no mercado.

Por Bernardo Lima — Brasília



Secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira que o governo vai manter o arcabouço fiscal até 2026, "custe o que custar", a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele também disse que a transição do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, será "tranquila" e "sem arroubo político" para evitar reações no mercado.

O mandato de Campos Neto termina em 31 de dezembro e ele defende que o novo nome seja indicado em breve para suavizar o processo de transição, ainda mais num contexto de incertezas no exterior, agravadas pelo risco de recessão da economia americana.

— Recentemente a gente teve algumas reuniões com o presidente (Lula) que a gente retirou cinco encaminhamentos importantes. O primeiro foi ter o arcabouço fiscal até 2026, custe o que custar, como o ministro Haddad disse à imprensa na sequência da reunião a pedido do presidente Lula — afirmou o secretário-executivo da Fazenda.

O ministro em exercício — já que Fernando Haddad está de férias até esta quinta-feira — participou de seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No evento, Durigan também reafirmou o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas.

— A Fazenda não abre mão de ter o equilíbrio das contas públicas. Gostaríamos de ter feito antes. Não foi possível. Vamos fazer esse ano, no ano seguinte. Não abrimos mão. Isso vai dar tranquilidade econômica para o país manter uma taxa de juros mais baixa, gerar emprego, gerar estabilidade, aumentar o fluxo da balança comercial — disse o secretário-executivo.

Para isso, o governo anunciou em julho, o bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões no Orçamento de 2024. A medida foi tomada para cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano.

Autonomia do BC e sucessão

O secretário-executivo da Fazenda também defendeu a autonomia do Banco Central (BC) nesta terça. Segundo o número 2 de Haddad, a transição do atual presidente da autoridade monetária, Campos Neto, será "tranquila" e "sem arroubo político" para evitar reações no mercado.

— Fazer a transição da autoridade monetária também com responsabilidade, sem arroubo político. Somos a favor da autonomia do Banco Central. A autonomia do Banco Central garante que não haja oposição política no Banco Central, que haja diálogo técnico, que haja entendimento, isso é muito importante — ressaltou Durigan.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/08/2024

COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE ISENTA PAGAMENTO DE FGTS E INSS PARA TRABALHADORES APOSENTADOS

Segundo parlamentares, medida é um incentivo para contratação de idosos no mercado de trabalho
Por Bernardo Lima — Brasília



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vota projetos econômicos — Foto: Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira um projeto que acaba com o desconto do FGTS e da contribuição previdenciária para trabalhadores aposentados que forem contratados por empresas em regime de CLT ou que já estejam trabalhando. O texto segue para o plenário do Senado.

O objetivo é estimular a admissão e retenção de pessoas com mais de 60 anos, já que as empresas arcam com parte desses dois encargos. Ou seja, se o projeto for aprovado pelo Congresso, tanto o aposentado que conseguir um emprego como aquele já empregado deixará de recolher ao Fundo e ao INSS.

Além da isenção do FGTS e da contribuição previdenciária, o texto prevê a criação de um cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados aptos a retornar ao mercado de trabalho no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

A isenção de pagamentos ao FGTS impactaria os rendimentos do próprio trabalhador, já que o Fundo é uma espécie de poupança forçada desse empregado e só ele pode usufruir do montante lá depositado.

Já o não recolhimento do INSS não afetaria a sua aposentadoria - o valor recebido continuaria o mesmo. Por outro lado, poderá impactar a aposentadoria das futuras gerações, pois acabaria elevando o déficit da Previdência, que deixaria de contar com essa contribuição.

O projeto de lei 3.670/2023 foi proposto pelo ex-senador Mauro Carvalho Junior e recebeu relatório favorável da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT).

— O objetivo deste projeto de lei é estabelecer normas de fomento a contratação de pessoas idosas aposentadas, por meio de um incentivo à empresas privadas para realização de tais contratações, mediante retirada da obrigatoriedade de cobrança de FGTS e INSS à essas pessoas — disse a senadora Margareth Buzetti durante a leitura do relatório.

Desemprego maior entre jovens

O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), alertou para o impacto da isenção nos cofres públicos e ressaltou que atualmente, o “foco” do problema do desemprego é entre os mais jovens, não aposentados. Ele orientou o voto contrário do governo.

— Hoje a taxa de desemprego dessa faixa, acima de 60, está na casa de 3%. Só chamo atenção que na verdade o nosso problema maior é exatamente na garotada de até 24 anos, que tem uma taxa de desemprego que vai de 17% a 30% — disse o senador na sessão desta terça.

Apenas o líder do governo e o senador Fernando Farias (MDB-AL) votaram contra a aprovação do projeto na comissão.

Limites a contratações

O projeto estabelece critérios e tetos para as contratações de aposentados. Estas ficariam limitadas a 5% do total de empregados da empresa. Desse modo:

As empresas com até dez empregados ficam autorizadas a contratar até um empregado aposentado. As empresas com onze a vinte empregados ficam autorizadas a contratar até 2 (dois) empregados aposentados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BC AMEAÇA SUBIR OS JUROS, MAS É PRUDENTE AO GANHAR TEMPO EM MEIO À ESCALADA DO RISCO GLOBAL

Ata do Copom enfatiza que Banco Central 'não hesitará' em subir a Selic, dá recado ao governo sobre o risco fiscal, mas diz que precisa acompanhar o cenário para decidir o que fazer com os juros
Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O cenário de turbulência no mercado financeiro mundial nos últimos pregões jogou a favor do Banco Central brasileiro, que endureceu mais uma vez o tom na Ata do Copom divulgada na manhã desta quarta-feira, 6, mas pediu mais tempo para decidir o que fazer.

O BC foi enfático em dizer que "não hesitará" em subir a Selic, em caso de piora do cenário, mas também afirmou que não há estratégia definida, e que pode também simplesmente manter os juros em 10,5% por tempo prolongado.

De um jeito ou de outro, o tom foi mais duro em relação ao comunicado da reunião na semana passada, e isso será importante para que o BC ganhe mais credibilidade durante as incertezas em torno da transição para a presidência do Banco.



*Os diretores do BC, em reunião do Comitê de Política Monetária
Foto: Raphael Ribeiro/BC*

Com o risco de recessão nos EUA e a forte volatilidade dos ativos, essa parece ser a estratégia mais adequada até a próxima reunião em setembro. A única certeza, por ora, é que não há previsão de novos cortes da Selic, como defendem vários integrantes do governo Lula. Isso é importante para mostrar que a nova diretoria tem uma visão técnica e que não pretende sucumbir a pressões

políticas.

O tamanho da Ata desta reunião já demonstra como o cenário ficou mais desafiador, com sete parágrafos a mais em relação ao texto da reunião de junho. O parágrafo mais importante é o 25, no qual o BC dá os três principais recados: não há cenário fechado sobre o que vai fazer, pode manter a Selic, pode elevar a taxa.

"(...) o Comitê, unanimemente, avalia que o momento corrente é de ainda maior cautela e de acompanhamento diligente dos condicionantes da inflação, sem se comprometer com estratégias



futuras. À luz desse acompanhamento, o Comitê avaliará a melhor estratégia: de um lado, se a estratégia de manutenção da taxa de juros por um tempo suficientemente longo levará a inflação à meta no horizonte relevante; de outro lado, o Comitê, unanimemente, reforçou que não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta se julgar apropriado (...).”

No melhor cenário para a reputação do Banco Central, o simples endurecimento do discurso será suficiente para controlar as expectativas, que estão piorando semana a semana. Com o risco de recessão nos EUA, e a forte volatilidade dos mercados internacionais, economistas que defendiam o aumento da Selic já em setembro serão obrigados a repensar se essa é mesmo a melhor estratégia.

Se a economia americana, de fato, estiver entrando em um ciclo de retração, o Fed (o banco central americano) será obrigado a cortar os juros rapidamente, e isso irá aumentar o diferencial entre a taxa de juros dos EUA e a brasileira. Nesse cenário, portanto, há menos pressão sobre o dólar em relação ao real, e sobre a inflação no Brasil.

Em seu balanço de riscos para a inflação, o BC também ficou mais pessimista, ao afirmar que “durante as discussões, todos os membros concordaram que há mais riscos para cima na inflação, inclusive com vários membros enfatizando a assimetria do balanço de riscos”.

Sobre a política fiscal do governo, houve um recado mais duro, com a inclusão nesse parágrafo de que a percepção do mercado em relação às contas públicas está tendo “impacto relevante” sobre os preços dos ativos e as expectativas.

“O Comitê monitora com atenção como os desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. Ademais, notou-se que a percepção mais recente dos agentes de mercado sobre o crescimento dos gastos públicos e a sustentabilidade do arcabouço fiscal vigente, junto com outros fatores, vem tendo impactos relevantes sobre os preços de ativos e as expectativas”, diz.

Com o cenário externo mais duvidoso e com o mercado precificando riscos tanto na política fiscal quanto na política monetária, o BC acerta ao indicar que pode subir a Selic, mas sem se comprometer com qualquer decisão. A volatilidade está extremamente elevada e um passo em qualquer direção pode rapidamente se transformar em um grande equívoco.

Como os juros reais no País permanecem elevados, ninguém poderá, neste momento, acusar o BC de ser leniente com a inflação. O melhor, neste momento, é endurecer o discurso e manter a cautela.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/08/2024*

BRASIL TEM RECORDE DE EXPORTAÇÕES PARA O MÊS DE JULHO

Resultado no mês se deu principalmente pelo crescimento dos volumes embarcados já que os preços dos bens exportados caíram ligeiramente

Por Giordanna Neves (Broadcast)

BRASÍLIA - O diretor de Planejamento e Inteligência Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, afirmou nesta terça-feira, 6, que as exportações brasileiras apresentaram valor recorde para o mês de julho, com registro de US\$ 30,919 bilhões. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

De acordo com Brandão, o resultado no mês se deu principalmente pelo crescimento dos volumes embarcados (11,6%), já que os preços dos bens exportados caíram ligeiramente (-2,4%), sobretudo os bens agropecuários e da indústria extrativa. O diretor ponderou que este mês de julho foi mais longo, com 23 dias úteis, o que acaba favorecendo o resultado se comparado ao mesmo período do ano passado.

Apesar da queda nos preços, Brandão afirmou que a exportação tem se mantido estável este ano devido ao aumento dos volumes. No primeiro bimestre, por exemplo, o desempenho das exportações foi maior do que no mesmo período do ano passado. Segundo ele, a previsão é de crescimento de 1,7% em 2024.



Previsão é que exportações cresçam 1,7% neste ano Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Em relação aos bens, ele citou que a exportação de soja cresceu em julho (16%) e vem surpreendendo ao longo do ano, visto que é esperada uma menor oferta brasileira devido à redução na safra. O café também foi destaque, com alta de 44% no mês. Já a indústria extrativa teve aumento na exportação de petróleo e minério de ferro, mas com recuo de receitas pela queda no preço do petróleo.

Já no acumulado do ano, Brandão destacou que as exportações dos bens agropecuários apresentaram queda, principalmente pela diminuição dos preços dos produtos. A exportação no setor da indústria de transformação se manteve estável, apesar da redução das vendas para a Argentina, compensadas pelas relações com outros países.

Queda na importação de automóveis

Brandão afirmou que o setor de automóveis teve queda de importação no mês de julho, apesar do crescimento contínuo registrado ao longo do ano.

“A gente vem observando ao longo do ano um aumento muito grande na importação de automóveis, principalmente elétricos, mas em julho tivemos redução de 3,6% no valor motivado por queda de preço e um pequeno aumento de volume de 1%”, disse Brandão.

“Nos primeiros sete meses do ano tivemos praticamente um aumento de 100% na importação de veículos, mas arrefeceu neste mês de julho, tivemos mudança de tarifa que acaba desestimulando importação de veículos”, explicou o diretor.

Brandão destacou ainda que os bens de capital registraram o maior crescimento (28,5%) em julho entre categorias de importação. Já o combustível, segundo ele, foi a única categoria em queda de valor importado, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/08/2024

PETROBRAS NEGOCIA COM EMPRESAS ARGENTINAS PARA TRAZER GÁS AO BRASIL

Mudanças nas regras permitem aumentar a oferta do insumo no País, diz gerente executivo de Gás e Energia da Petrobras, Álvaro Tupiassú, no Fórum de Energia Rio, da S&P Global
Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A Petrobras está conversando com empresas argentinas para encontrar uma forma de trazer gás natural argentino para o Brasil, disse nesta terça-feira, 6, o gerente executivo de Gás e Energia da Petrobras, Álvaro Tupiassú. No início de julho, a presidente da estatal, Magda Chambriard, anunciou a intenção de apostar na sinergia entre Brasil, Bolívia e Argentina, países interligados por gasodutos.

“O gás da Argentina é um potencial a ser considerado. A Argentina tem recursos que podem virar reservas, e há chance de que parte desse gás, de forma flexível, possa fluir em outros países”, disse o executivo durante painel no Fórum de Energia Rio, promovido pela S&P Global.

Para ele, a diversificação dos agentes trazida pelas mudanças nas regras do setor de gás está sendo fundamental para aumentar a oferta do insumo no País. Ele citou a Rota 3, que vai trazer gás dos campos do pré-sal a partir deste ano, e afirmou que o País vai precisar cada vez mais gás para térmicas, à medida que as energias renováveis, intermitentes, não param de crescer no Brasil e precisam de geração firme para suportá-las.

“Hoje, quando acordei, a Petrobras estava gerando 500 megawatts (MW). Às duas da tarde já estava em 2,5 gigawatts (GW) e vai ficar gerando isso à noite, mas acordo de novo com 500 MW”, explicou, ressaltando a intermitência das energias renováveis. “Temos informação de retorno de construção de novas usinas térmicas na Arábia Saudita, Estados Unidos, mercado asiático. Isso tende a se intensificar, porque vai entrar mais energia renovável e é o conjunto que funciona”, concluiu.

Também para a vice-presidente de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Equinor, Claudia Brun, presente no mesmo painel, a diversificação de agentes do setor tem sido bem vinda, assim como a de novas fontes de gás, mas ainda não é suficiente. “A gente precisa de mais gente para pagar o transporte, que é caro e vai ficar mais caro”, observou Brun.

Para ela, é preciso aumentar a liquidez do mercado de gás, ou não terá mercado para justificar investimentos. Outra avaliação da executiva é de que chegou a hora de rever os sistemas de leilões no Brasil. “É preciso repensar contratos de Concessão e Partilha no País”, disse Brun, sobre os dois sistemas de ofertas de blocos de petróleo e gás natural.

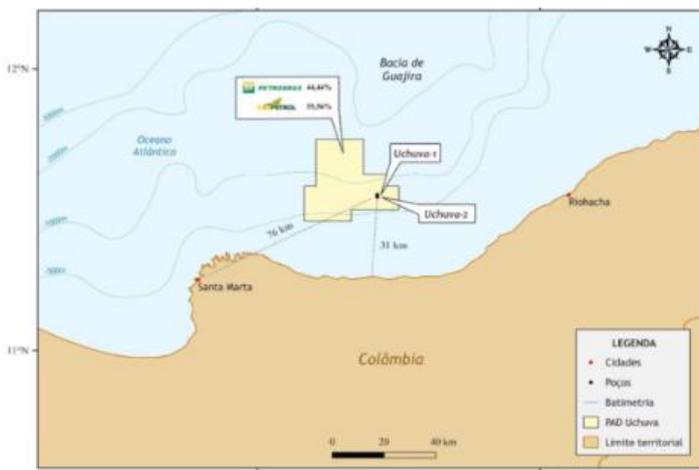
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/08/2024

PETROBRAS CONFIRMA DESCOBERTA DE GÁS NA BACIA DE GUAJIRA, NA COLÔMBIA

Companhia afirma que poço agrega informações relevantes para o desenvolvimento de uma nova fronteira de exploração e produção no país, reforçando o potencial volumétrico para gás na região
Por Katharina Cruz

A Petrobras informou na segunda-feira, 5, a descoberta de gás natural na Bacia de Guajira, na Colômbia, após a perfuração de um poço localizado em águas profundas, a 31 quilômetros da costa e em uma profundidade de 804 metros. De acordo com a companhia, a operação no poço denominado Uchuva-2 teve início em 19 de junho. O poço agrega informações relevantes para o desenvolvimento de uma nova fronteira de exploração e produção no país, reforçando o potencial volumétrico para gás na região.

Segundo detalhado pela Petrobras, o Uchuva-2 dá continuidade às atividades de exploração realizada no poço Uchuva-1, descoberto em 2022 na Colômbia. O Uchuva-2 está sendo executado em cinco fases e o intervalo portador de gás foi constatado na fase 4 da perfuração, por meio de perfis elétricos, que serão posteriormente caracterizadas por meio de análises de laboratório.



Petrobras anunciou descoberta de gás natural na Bacia de Guajira, na Colômbia, após a perfuração de um poço localizado em águas profundas, a 31 quilômetros da costa e em uma profundidade de 804 metros. Foto: Petrobras/Divulgação

De acordo com o comunicado, o consórcio formado pela Petrobras como operadora, com a participação de 44,44%, em parceria com a Ecopetrol, que detém 55,56%, é responsável pela exploração de gás na região e dará continuidade às operações para concluir o projeto de perfuração do poço até a profundidade prevista e para caracterizar as condições dos reservatórios

encontrados, com a previsão de realização de um teste de formação até o final deste ano.

“A atuação da Petrobras no Bloco Tayrona está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria, assegurando o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética”, diz a Petrobras em nota.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/08/2024

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

MARCO LEGAL É O MOTOR DO SETOR DE INFRAESTRUTURA

Companhias da área de saneamento básico buscam soluções para vencer desafios antes da data prevista para a universalização dos serviços, em 2033

Por Chico Santos



Sistema de Oxigenação do rio Pinheiros, da Sabesp, usa tecnologia inédita no Brasil para recuperar corpos hídricos degradados — Foto: Divulgação

Com a meta da universalização dos serviços se aproximando e desafios gigantes por vencer antes da data prevista (2033), o saneamento vai precisar de muito esforço inovador caso queira andar em velocidade ao menos próxima à do passar dos anos. A julgar pelo ranking de inovação do setor de infraestrutura, as empresas da área estão cientes do gigantismo da tarefa e se debruçam na busca de soluções para turbinar os avanços. Das cinco que estão no topo do ranking, quatro são de saneamento básico — Sabesp, Sanepar, BRK Ambiental e Aegea — e uma de saneamento ambiental, a Ambipar, especializada em tratamento de resíduos sólidos industriais.

A dimensão dos desafios do saneamento básico pode ser vista pelos números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2022, os mais atuais, compilados no estudo Avanços

Top 5

1º SABESP

2º AMBIPAR

3º SANEPAR

4º BRK AMBIENTAL

5º AEGEA SANEAMENTO

do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil, versão 2024, do Instituto Trata Brasil/GO Associados. Enquanto o abastecimento de água alcança 84,9% da população, a coleta de esgoto chega apenas a 56% e o tratamento não passa de 52,2% da coleta. A meta para 2033 é 99% de água e 90% de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que na pesquisa deste ano saltou para o primeiro lugar, embora posicionada no topo da pirâmide setorial, atendendo a mais de 28 milhões de clientes no Estado mais rico do país, sabe que a batalha não está ganha e investe na busca de alternativas para seguir avançando.

“A inovação é uma das alavancas que têm assegurado à Sabesp seguir como protagonista global no setor de saneamento e na transformação da vida de seus clientes, da sociedade em geral e do meio ambiente”, destaca Paula Violante, diretora de engenharia e inovação da Sabesp, que acaba de passar por um processo de privatização. Os investimentos para perseguir tais objetivos somam

1,34% da receita ao ano — 4,25% dos investimentos totais da empresa. Em valores, atingem R\$ 32,1 milhões em 2023 e R\$ 10,1 milhões no primeiro semestre deste ano.

Embora disponha de um time de 38 pessoas integralmente dedicadas ao tema da inovação, a executiva explica que ele funciona mais como núcleo de gestão, captação, desenvolvimento e apoio aos processos de inovação que estão disseminados por toda a empresa, inclusive incentivando com premiações.

Violante diz que a Sabesp adota o conceito de inovação aberta, baseado em “múltiplas parcerias e compartilhamento de conhecimento para construção de soluções inovadoras”. O leque de parceiros vai de universidades, agências de fomento e startups até companhias de saneamento globais, passando por outros agentes, como institutos de ciência e tecnologia e agências ambientais. Os resultados dessa estratégia têm sido bons. Um dos destaques da longa lista citada pela diretora é o Sistema de Oxigenação (SOX) do rio Pinheiros, que, utilizando tecnologia inédita no Brasil para a recuperação de corpos hídricos degradados, consegue transferir oxigênio para a água em níveis mais de 15 vezes maiores do que permitem as tecnologias convencionais, sem gerar resíduos e nem usar produtos químicos.

Outras iniciativas inovadoras elencadas pela executiva são a instalação de 43 usinas de geração fotovoltaicas em áreas próximas às suas instalações operacionais, reduzindo os custos com energia elétrica, e a produção de biometano a partir do biogás gerado nas estações de tratamento de esgoto.

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que vem de um bicampeonato no ranking de inovação do anuário Valor Inovação Brasil e neste ano ficou em terceiro lugar, também tem uma longa lista de processos inovadores que está desenvolvendo não só para alcançar a universalização com qualidade, como também para encontrar alternativas sustentáveis para lidar com os resíduos inerentes a seus serviços.



Estevam, da Ambipar: soluções de economia circular desenvolvidas em laboratório — Foto: Cláudio Gatti/Divulgação

Segundo o diretor de inovação e novos negócios da estatal paranaense, Anatalício Ridsen Júnior, iniciativas voltadas para temas como mitigação e adaptação às mudanças climáticas, aumento da resiliência hídrica, tratamento avançado de água e esgoto e valorização de resíduos geraram reduções de custos ou receitas complementares que somam mais de R\$ 1 bilhão, além dos ganhos operacionais e redução de impactos socioambientais.

Entre as iniciativas inovadoras citadas por Ridsen estão as Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a manutenção dos sistemas de esgoto municipais com o objetivo de acelerar a universalização. A Sanepar concede os serviços e controla sua qualidade a partir de critérios de desempenho que podem resultar em prêmios ou penalidades.

O primeiro certame, realizado em 2023, abrangeu 16 municípios da microrregião Centro-Litoral do Paraná e, segundo Ridsen, além de acelerar a disseminação dos serviços, vai proporcionar para a estatal economia estimada em R\$ 650 milhões ao longo dos 25 anos dos contratos. Já estão em andamento processos licitatórios para estender a inovação a outros 112 municípios do Paraná.

A diretoria comandada por Ridsen foi posta em funcionamento em novembro do ano passado. O objetivo, segundo ele, foi fortalecer a capacidade da empresa para operar no ambiente cada vez mais competitivo nascido do novo Marco Regulatório do Saneamento, anunciado em 2020. A tendência é que ela turbine investimentos em inovação, que somaram R\$ 13 milhões em 2022 e R\$ 15 milhões em 2023.

A BRK Ambiental, empresa do grupo canadense Brookfield, que passou do terceiro lugar em 2023 para o quarto em 2024, manteve a liderança entre as operadoras do setor privado, uma vez que a



Sabesp era estatal quando da realização da pesquisa. Com operações em mais de cem municípios de 13 Estados brasileiros, incluindo as capitais Salvador, Recife, Maceió e Palmas, a empresa, segundo sua diretora de estratégia e relações com os investidores, Gabriella Mierel, não possui área específica de inovação, partindo da filosofia de que a disposição para inovar “deve estar no trabalho de todos os profissionais” do grupo.

Para estimular este entendimento, segundo a executiva, a companhia instituiu o Prêmio BRK Atitude & Inovação, que reconhece e premia anualmente as ideias e soluções inovadoras da equipe. O mesmo é feito na busca por soluções compartilhadas (inovação aberta) com outras empresas, startups, universidades e outros parceiros. A BRK direciona mais de 5% da sua receita líquida à inovação e entre as aplicações mais inovadoras já implantadas está o sistema de monitoramento com uso de telemetria, inteligência artificial e internet das coisas (IoT) para reduzir perdas de água.

A Aegea, uma das líderes do segmento, com presença em 507 municípios de 15 Estados brasileiros e mais de 30 milhões de usuários, segundo dados do seu diretor de inovação, Maurício Endo, também pratica inovação aberta, incluindo parcerias estratégicas com outras empresas, universidades e startups, na busca de captar “conhecimento de fora” e para acelerar seu processo de crescimento e a qualidade dos serviços. A empresa, segundo ele, tem 30 contratos em andamento com startups, sem contar as que já alcançaram maturidade.

Para o executivo, o maior desafio atual do saneamento é aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto. Uma das estratégias inovadoras que a Aegea e outras empresas do setor estão utilizando para acelerar esse processo é a construção de estações de tratamento de pequeno e médio portes, em um sistema modular que permita a coleta e o tratamento na mesma área, diferentemente da concepção tradicional de fazer grandes estações e extensas redes de conexão. Na sua avaliação, esta e outras inovações são produtos da entrada maciça do setor privado na área, especialmente a partir do novo marco regulatório, inclusive estimulando as empresas estatais a ampliar seus investimentos em inovação.

O domínio das empresas de saneamento básico sobre as cinco primeiras posições do ranking só não foi completo dada a colocação, em segundo lugar, da Ambipar, da área de resíduos sólidos industriais. “Nosso papel é entender as demandas do mercado e criar soluções para que os resíduos voltem para a cadeia produtiva por meio de uma tecnologia de impacto ou algum produto”, explica Gabriel Estevam, head de inovação da empresa.

Na sua estrutura laboratorial localizada em Nova Odessa (SP), a empresa, segundo Estevam, tem desenvolvido soluções de economia circular que vão contra a tradição de depositar esses resíduos em aterros sanitários. Uma dessas soluções é a transformação de resíduos das indústrias de alimentos e bebidas em álcool de limpeza ou até em etanol. Outra, que ganhou visibilidade pública, foi o uso de cápsulas de colágeno da indústria farmacêutica que seriam descartadas para fazer uma biocápsula que comporta ao mesmo tempo sementes de árvores nativas da Mata Atlântica e adubo originário da indústria de papel e celulose. Essas biocápsulas estão sendo lançadas por drones nas “cicatrizes” deixadas nas encostas do município de São Sebastião (SP) para promover o reflorestamento das áreas degradadas pelos deslizamentos de fevereiro de 2023.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/08/2024

REDUZIR TEMPO NO TRANSPORTE É DESAFIO PARA 2033

Solução deve envolver incentivo a transporte público e mudanças na ocupação urbana
Por Rafael Bitencourt — De Brasília

A meta de reduzir o tempo médio de deslocamento do brasileiro no trajeto casa-trabalho em 20% até 2033 vai desafiar o governo a aumentar a oferta de transporte público e até mudar o modelo de ocupação urbana nas cidades, apontam especialistas. Esse objetivo faz parte da nova política industrial lançada pelo governo federal em janeiro deste ano, com o objetivo de aumentar o nível de produtividade no setor produtivo e trazer bem-estar ao trabalhador.



Sergio Avelleda — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Dentro do plano de ações da Nova Indústria Brasil (NIB), o governo indicou que, atualmente, a população gasta, em média, 4,8 horas semanais para ir e voltar do trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2019.

Ramon Cunha, especialista em infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia que a estratégia deve envolver a valorização do transporte público de média e alta capacidade - como metrô, BRTs e VLTs.

Em recentes estudos, a CNI indicou que o país precisa investir R\$ 295 bilhões ao longo de duas décadas para eliminar o déficit em mobilidade urbana em 15 regiões metropolitanas. Por outro lado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estimou que são necessários R\$ 360 bilhões em projetos de transportes de média e alta capacidade para cumprir o mesmo objetivo em 21 regiões com mesmo perfil demográfico.

O especialista em mobilidade urbana Sergio Avelleda afirma que as políticas de mobilidade urbana só dão resultados efetivos quando o estímulo ao transporte coletivo vem acompanhado de mudanças no modelo de ocupação dos espaços urbanos. Isso ocorre, disse ele, quando o transporte individual - como carros e motos - é desestimulado com a diminuição de faixas disponíveis para abrir mais corredores e faixas exclusivas para ônibus, por exemplo.

Sobre a meta do governo, colocada no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o "Conselhão", Avelleda considera que é possível alcançar. "É factível, mas se priorizar os automóveis não vai dar certo. Mesmo se construir mais pontes, viadutos e túneis, os gargalos de mobilidade nas cidades continuarão", explicou Avelleda, que foi secretário de mobilidade urbana da cidade de São Paulo e é coordenador do Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável do Insper.

Para o presidente do conselho da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), Joubert Flores Filho, o Brasil tem histórico "ruim" de investimento em projetos de média e alta capacidade. Ele chama atenção para o fato da expansão das linhas de trens e metrô em grandes cidades brasileiras terem alcançado, nos últimos 40 anos, apenas a metade do que foi registrado pelas cidades de porte equivalente na América Latina.

"Basta comparar o metrô de São Paulo, aberto em 1974, hoje com um pouco mais de 100 quilômetros, e o metrô do Rio, entregue em 1979, com pouco mais de 50 quilômetros, com outras cidades. A gente vai constatar que Santiago (Chile) e Cidade do México, que foram abertos na mesma década, hoje têm mais de 200 quilômetros cada uma", disse Flores Filho.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 06/08/2024*

GRUPO LATAM ANUNCIA INVESTIMENTO DE US\$ 2 BI NO BRASIL NOS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Segundo a empresa, o recurso terá foco em produtos, tecnologia, serviços ao passageiro e atividade de manutenção aeronáutica

Por Cristian Favaro, Valor — São Paulo

O grupo Latam anunciou na noite de segunda-feira que vai investir US\$ 2 bilhões nas suas operações no Brasil nos próximos dois anos. O recurso, segundo a empresa, terá foco em produtos, tecnologia, serviços ao passageiro e atividade de manutenção aeronáutica. O anúncio foi feito em evento em Santiago que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



— Foto: Divulgação/Latam

Tem crescido nos bastidores uma pressão para que Gol e Latam também comprem aeronaves da Embraer, um movimento visto como necessário para fortalecer a indústria nacional — hoje, apenas a Azul usa o modelo da fabricante. Reportagem do jornal “Folha de S.Paulo” chegou a afirmar que a Latam negociava até nove aeronaves Embraer, mas no anúncio não houve comentários sobre o tema. A Embraer já chegou a sinalizar que conversa com Gol e Latam, mas o tema não avançou para um pedido. Enquanto Gol foca em uma frota padrão de Boeing 737, a Latam usa a família Airbus em rotas domésticas e Boeing nas de longo curso.

Em nota, a Latam destacou que na audiência com o presidente assinou protocolo de intenções com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil para qualificar mão de obra e empregá-la sobretudo nas instalações do Latam MRO de São Carlos (SP).

Atualmente, a Latam Airlines Brasil emprega 19 mil funcionários no país, sendo 1,8 mil somente no caso do Latam MRO de São Carlos (SP), onde atuam profissionais de diversas especializações: mecânica, engenharias, química, confecção e técnicos. O centro é responsável pela manutenção de 60% da frota da Latam.

Além do presidente Lula, participaram da audiência no Chile Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Silvio Costa Filho, Ministro dos Portos e Aeroportos do Brasil, Celso Sabino, Ministro do Turismo do Brasil, e Marcelo Freixo, Presidente da Embratur. A companhia aérea foi representada por Roberto Alvo, CEO do Grupo Latam, Jerome Cadier, CEO da Latam Airlines Brasil, e Maria Elisa Curcio, diretora de assuntos corporativos, regulatórios e sustentabilidade da Latam Airlines Brasil.

Em 2024, a Latam Airlines Brasil adicionou 1 milhão de assentos domésticos no Brasil e ultrapassou a marca de 150 aeronaves em sua frota no país. Ao todo, a companhia prevê para este ano um crescimento de 8% a 10% na sua oferta doméstica de assentos (ASK - assentos por quilômetro disponíveis) no Brasil na comparação com 2023.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ITAPOÁ RECEBE TLO PARA OPERAÇÃO EM ÁREAS DA FASE 3

Por Danilo Oliveira Portos e logística 06/08/2024 - 20:59



Arquivo/Divulgação

Antaq autorizou terminal a iniciar operações nas áreas ‘C’ e ‘D’, destinadas à movimentação e à armazenagem de contêineres e carga geral

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou, nesta terça-feira (6), o Porto Itapoá (SC) a iniciar operação nas áreas denominadas ‘C’ e ‘D’ do terminal de uso privado. O termo de liberação de operação (TLO), emitido pela Superintendência de Outorgas (SOG/Antaq), é referente a pátios para movimentação e armazém de contêineres/cargas, objeto da ampliação de 61,4 mil metros quadrados (m²) do TUP. De acordo com a superintendência, as áreas

adicionais integram a infraestrutura apta à movimentação de carga geral e de cargas containerizadas, concluindo a terceira fase do projeto da autorizatária, que firmou contrato de adesão em 2014.

A Gerência de Outorgas de Autorização da Antaq (GOA/SOG) ressaltou, em seu despacho, que a área em questão encontra-se totalmente apta a operar, já tendo obtido recentemente o ato declaratório de alfandegamento emitido pela Receita Federal, em outubro de 2023. Esse tipo de autorização não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, como autoridade marítima, Corpo de Bombeiros e órgão ambiental.

A terceira etapa de expansão do terminal, inaugurada em abril deste ano, abrange 200 mil m² de pátio, contemplando o armazém de 8 mil m². Com a ampliação, que concluiu um aporte de R\$ 815 milhões, o Porto Itapoá passa operar um dos maiores pátios de contêineres do Brasil. De acordo com a empresa, a área de 455 mil m² vai proporcionar a capacidade de movimentar até 2 milhões de TEUs por ano. O pacote inclui investimentos na aquisição de equipamentos de grande porte e a ampliação dos berços de atracação.

Em julho, o Porto Itapoá anunciou ter fechado o melhor semestre de sua história, juntamente com o melhor mês. No total, foram 597.338 TEUs movimentados no primeiro semestre de 2024, 12% acima do resultado do primeiro semestre de 2023, quando foram movimentados 533.423 TEUs.

Em junho de 2024, o terminal movimentou 109.889 TEUs, maior número mensal de toda a história, superando abril deste ano, quando foram movimentados 107.475 TEUs. A empresa atribuiu os resultados positivos a fatores como o crescimento do mercado asiático, a alta dos volumes de proteína animal exportados através do terminal, além da oferta de serviços marítimos que conectam mercados estratégicos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/08/2024

CONCESSÃO DO CANAL DE ACESSO DE PARANAGUÁ PASSARÁ POR AJUSTES ANTES DE SEGUIR AO MPOR

Por Danilo Oliveira Portos e logística 06/08/2024 - 20:25



Arquivo/Divulgação

Antaq aprovou, em caráter provisório, contribuições da audiência pública. Atualizações a serem promovidas pela comissão de licitação, junto ao MPor e à Infra S.A., abrangem de informações sobre critérios de descontos tarifários a cronogramas de projetos

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou, em caráter ad referendum, as análises e contribuições recebidas na audiência pública sobre a concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá (PR). Na decisão, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (6), o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, determina que a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da agência (CPLA) promova ajustes nos documentos técnicos e jurídicos, antes do encaminhamento ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Na sequência, os autos serão submetidos ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A CPLA deverá incluir no contrato de concessão a possibilidade de desconto tarifário para embarcações classificadas como sustentáveis. No rol de obrigações da concessionária, deverá constar a adoção de medidas para o levantamento do inventário de carbono produzido nas operações realizadas no canal de acesso, bem como para a compensação dessas emissões.

A comissão também precisa certificar que as regras de definição de prioridades de entrada e saída do porto organizado, assim como os demais temas que possam gerar conflitos entre usuários, devem



estar contidas no regulamento de exploração do porto (REP), cuja competência de elaboração e/ou aprovação deve ser da autoridade portuária pública, na forma de garantir o acesso isonômico ao porto organizado, às suas instalações e às atividades portuárias.

O despacho também prevê que a CPLA inclua a possibilidade de apresentação de atestados de qualificação técnica para o grupo econômico, assim como a apresentação de atestados internacionais, sem a obrigação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). A deliberação menciona ainda a necessidade de exclusão dos documentos técnicos e jurídicos, se houver alguma menção à conta vinculada.

O diretor-geral da Antaq determinou que a CPLA promova atualizações em coordenação com o MPor e a Infra S.A., antes da abertura da licitação, que abrangem deixar evidente quais serão as responsabilidades da autoridade portuária e da concessionária acerca da emissão das licenças ambientais.

Outro ponto é a atualização da data-base do projeto no estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), de forma a promover a revisão completa da demanda, considerando a situação dos novos projetos portuários, públicos e privados, previstos para o entorno (terminais privados) e dentro da poligonal do Porto de Paranaguá (arrendamentos).

No custo da mobilização e desmobilização das dragas, a deliberação determina a promoção da ampliação da distância média, de maneira a abranger os principais portos da costa brasileira. A mobilização e desmobilização de draga específica (médio porte) destinada ao canal de Antonina deverão ser incluídos nos estudos.

CPLA, MPor e Infra S.A. também deverão avaliar a inclusão, no contrato de concessão, de dispositivo que permita a readequação do capital social na medida em que os investimentos forem sendo executados, além de descartar o uso de um índice único de FTPB para o reajuste tarifário e aplicar a mesma fórmula a cada tipo de carga, de modo a minimizar distorções. A comissão e os dois órgãos de governo avaliarão a aderência das tarifas de grãos e de contêineres, considerando o benefício gerado aos usuários pelo aumento da profundidade do canal e os valores praticados em portos similares brasileiros.

Entre as demais recomendações previstas estão a avaliação do uso de parcela de outorga variável sobre a receita líquida da concessão, com vistas a cobrir os custos remanescentes da APPA (Portos do Paraná) após a concessão, além da revisão dos valores estabelecidos para a implementação do sistema de tráfego de embarcações (VTS, na sigla em inglês), levando em consideração que os custos podem estar aquém dos praticados em outros portos.

Apreciação

A análise da deliberação, em caráter definitivo, foi retirada da pauta da 569ª reunião ordinária da diretoria colegiada, que está sendo realizada, em modo virtual, desde a última segunda-feira (5), com término previsto para esta quarta-feira (7). O processo está sob a relatoria do diretor Wilson Lima Filho. Após a aprovação em caráter definitivo, a CPLA promoverá a divulgação da versão pública das respostas às contribuições. O processo de audiência pública, aberto pela Antaq em 2023, teve como objetivo obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização da licitação.

O projeto de concessão do canal de acesso de Paranaguá prevê o aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio número 6. A expectativa é atingir o nível de 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão, viabilizando a atracção de navios maiores. O futuro concessionário deverá executar os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/08/2024

PARCERIA ENTRE BUNKER ONE E ACELEN LANÇA OPERAÇÃO EM SEPETIBA

Da Redação Portos e logística 06/08/2024 - 21:31



Divulgação

A Bunker One, empresa de comercialização de combustíveis marítimos, e a Acelen, empresa de energia e refinaria produtora de combustível marítimo no Brasil, iniciaram neste mês uma nova operação de abastecimento em fundeio externo na região de Sepetiba (RJ). Esta será a segunda operação desse tipo no Brasil, ampliando a parceria iniciada em setembro do ano passado na Baía de São Marcos (MA).

A partir de meados de agosto, as embarcações poderão abastecer no fundeio externo de Sepetiba, um corredor estratégico entre os portos do Rio de Janeiro e de Santos, sem necessidade de atracação. Essa alternativa permite que o fornecimento de combustível ocorra sem interferir nas operações de carga e descarga nos terminais, otimizando o tempo de espera no porto. Graneleiros, grandes cargueiros e o segmento de óleo e gás, devido à proximidade com os principais campos de petróleo da Bacia de Santos, serão beneficiados por este novo serviço.

“Expandir nossa operação para a região Sudeste é um passo natural do nosso recente sucesso na área do Porto do Itaqui (MA), onde fornecemos aos armadores uma fonte confiável de abastecimento em uma rota extremamente movimentada, com serviço de excelência pelo qual nosso grupo é conhecido. A costa leste da América do Sul, onde está Sepetiba, é uma área de muita atividade, e a nova operação proporcionará mais alternativas aos nossos clientes que transitam pela região. A nossa parceria com a Acelen continuará a se fortalecer, apoiando o crescimento da indústria de bunkering no Brasil”, afirmou Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One Brasil.

A operação também oferece a opção de Bunker Only Call, onde o navio se dirige ao local apenas para abastecer, evitando custos de atracação e taxas portuárias. A operação em Sepetiba prevê o fornecimento de 20 mil toneladas de bunker por mês. Com o recente anúncio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre a inclusão de biodiesel marítimo, as duas empresas também planejam disponibilizar futuramente uma mistura de biocombustíveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/08/2024

CONSULTA SOBRE POLÍTICAS DE CONTEÚDO LOCAL RECEBEU 18 CONTRIBUIÇÕES

Por Danilo Oliveira Indústria naval 05/08/2024 - 22:34



Arquivo/Divulgação

Estaleiros e representantes de fornecedores e da área de engenharia alertaram que somente grupos estrangeiros de grande porte vêm participando com sucesso das concorrências das unidades estacionárias de produção, em processos de disputa cada vez mais esvaziados

A consulta pública do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre a política de conteúdo local no setor de petróleo e gás natural recebeu um total de 18 contribuições. O processo, que tem como objetivo fortalecer a indústria nacional, foi encerrado no final de julho, com sugestões de representantes da cadeia nacional de bens e serviços, desde engenheiros e fornecedores de equipamentos a estaleiros, além de outros segmentos da indústria de petróleo e agentes setoriais. O chamamento público auxiliará o ministério a montar um panorama para aperfeiçoar essa demanda, buscando evoluir na política de conteúdo local.



Entre as manifestações, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) defenderam a necessidade de uma política de conteúdo local previsível e juridicamente estável para atrair investimentos e utilizar a capacidade ociosa da indústria nacional.

As três entidades propuseram uma revisão abrangente da política de adiantamentos e pagamentos para alinhar os interesses da Petrobras com o das empresas nacionais. Elas entendem que a melhoria do fluxo de caixa e a revisão dos termos de pagamento podem abrir oportunidades para as empresas brasileiras participarem ativamente de projetos que estão por vir. Em suas contribuições, elas ressaltaram que a colaboração eficaz entre Petrobras e empresas nacionais é fundamental para o sucesso contínuo desses empreendimentos.

Sinaval, Abemi e Abimaq consideram que a redução dos índices de conteúdo local e a preferência por fornecedores internacionais resultaram em perdas significativas para a indústria naval brasileira. Elas estimam que a economia nacional perdeu aproximadamente R\$ 32 bilhões anualmente, com a redução de 60 mil empregos diretos e 180 mil indiretos. De acordo com o sindicato, entre 2005 e 2012, foram realizados investimentos significativos em novos estaleiros, ampliações e modernizações. Contudo, a percepção é que a capacidade instalada permanece subutilizada devido às barreiras financeiras e operacionais enfrentadas pelos fornecedores nacionais.

O sindicato e as associações observam que, no cenário recente, a totalidade dos FPSOs licitados está sendo construída em países asiáticos, com a participação local restrita à construção de alguns módulos dessas plataformas, muitas vezes apenas para atender aos requisitos de conteúdo local mínimo, atualmente estipulados em 25%, em contraste com os antigos 60%.

A avaliação é que, em muitos casos, as empresas estrangeiras vencedoras optam pelo pagamento de multas, em vez de adquirir bens e serviços no Brasil. Segundo as três entidades, as empresas estrangeiras vencedoras, quando subcontratam ou cotam com empresas brasileiras, exigem prazos menores para a construção, devido a necessidade de transporte dos módulos ao local da integração (Ásia), o que reduziria em até 90 dias o cronograma de construção e adiciona custos ao fornecimento local.

Elas lamentam que, com tais condições, somente grupos estrangeiros de grande porte têm participado com sucesso das concorrências das unidades estacionárias de produção (UEPs), sem que as empresas nacionais consigam participar das concorrências da Petrobras e com processos de disputa cada vez mais vazios, com somente um ou dois proponentes. De acordo com as associações e o sindicato, as últimas plataformas contratadas (P-78, P-80, P-82, P-83, P-84 e P-85) ficaram com um único grupo econômico internacional, com investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/08/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 06/08/2024